

IMPACTO SOCIOECONÔMICO DAS DÍVIDAS BANCÁRIAS DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO DO SETOR DA EDUCAÇÃO NO DISTRITO DE MARRUPA, PROVÍNCIA DE NIASSA, MOÇAMBIQUE

JAMISSE, Isabel Fernando Mapapa¹; ALMEIDA, Almeida Joao².

<https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v2n24-584>

RESUMO

O endividamento bancário dos Funcionários e Agentes do Estado (FAE) tem provocado impactos significativos nas suas condições de vida, sobretudo no setor da educação em regiões periféricas como Marrupa. Este estudo teve como objetivo analisar os efeitos sociais e econômicos do sobre-endividamento entre FAE, abordando suas implicações na estabilidade pessoal e funcional. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e análise documental. Os resultados evidenciam que o endividamento compromete o rendimento líquido, limita o consumo, provoca absentismo, sofrimento psicoemocional, conflitos familiares e insegurança laboral. Verificou-se também a recorrência de práticas como solicitação de novos créditos para pagar dívidas antigas e o uso de álcool como mecanismo compensatório. Estes efeitos demonstram que o endividamento deixou de ser uma situação pontual, tornando-se um fenômeno estrutural que fragiliza o funcionalismo público. Conclui-se que é necessária uma resposta integrada, com políticas salariais ajustadas, educação financeira e regulação adequada do crédito.

Palavras-chave: endividamento bancário; funcionários públicos; impacto socioeconômico; setor da educação.

ABSTRACT

Bank indebtedness among State Officials and Agents (FAE) has generated significant impacts on their living conditions, particularly in the education sector of peripheral regions such as Marrupa. This study aimed to analyse the social and economic effects of over-indebtedness among FAE, focusing on its implications for personal and professional stability. A qualitative approach was used, based on semi-structured interviews and documentary analysis. Results show that indebtedness compromises net income, limits consumption, causes absenteeism, emotional distress, family conflicts, and job insecurity. Recurrent behaviors such as taking new loans to pay old debts and using alcohol as an emotional coping mechanism were observed. These effects indicate that indebtedness has become a structural phenomenon, no longer an isolated issue, and contributes to the systemic fragilization of the public service. It is concluded that a comprehensive response is needed, including fair wage policies, financial literacy promotion, and proper regulation of credit practices.

Keywords: bank indebtedness; public employees; socioeconomic impact; education sector.

¹ Universidade Rovuma-Extensão do Niassa. Mestre em Gestão Ambiental pelo Instituto Superior de Desenvolvimento rural e Biociências pela Universidade ROVUMA. Licenciada pela Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal pela Universidade Eduardo Mondlane. *E-mail:* isabelmapapa@gmail.com

² Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências. Mestre em Gestão Ambiental pelo Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências pela Universidade ROVUMA. *E-mail:* almeidajmucuna@gmail.com

INTRODUÇÃO

A situação econômica dos funcionários públicos em Moçambique é caracterizada por baixos salários, aumento do custo de vida e limitada capacidade de poupança, o que tem contribuído para uma crescente vulnerabilidade financeira. Entre os setores mais afetados, destaca-se o da educação. Apesar do papel estratégico dos seus profissionais no desenvolvimento do país, estes enfrentam dificuldades econômicas persistentes (MEF, 2023; UNICEF, 2021).

Nos últimos vinte anos, muitos funcionários públicos recorreram ao crédito bancário e ao microcrédito como forma de suprir necessidades básicas ou financiar pequenos negócios. No entanto, esta prática tem gerado situações de sobre-endividamento, com influência negativa na estabilidade financeira e no bem-estar social dos trabalhadores (BID, 2022; Albino, 2020). O crédito consignado, por exemplo, é amplamente promovido pelos bancos comerciais e permite o desconto automático das prestações nos salários. Embora facilite o acesso ao crédito, esta modalidade reduz significativamente o rendimento disponível dos funcionários e reforça a sua dependência do sistema financeiro formal (Banco de Moçambique, 2021).

No setor da educação, os salários geralmente não acompanham a inflação nem refletem o custo real de vida, sobretudo em distritos remotos como Marrupa, na província do Niassa. Esta região apresenta fraco acesso a serviços financeiros adequados e uma economia local limitada, o que torna os funcionários mais vulneráveis ao endividamento. Além disso, a ausência de políticas eficazes de educação financeira contribui para decisões de crédito pouco informadas, agravando o ciclo de dívidas (Mutembwa; Tandi, 2023).

A escolha do distrito de Marrupa como foco deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender os efeitos do endividamento bancário em um contexto rural, onde o apoio institucional é escasso e as consequências sociais da dívida são mais visíveis. Trata-se de uma zona onde o peso do crédito sobre os salários mensais é significativo, afetando diretamente as condições de vida, a saúde mental e o desempenho profissional dos funcionários.

A questão central desta pesquisa é: Como as dívidas bancárias afetam a vida social e econômica dos professores e demais funcionários do setor da educação no distrito de Marrupa? Para responder, definiu-se como objetivo geral analisar o impacto socioeconômico das dívidas bancárias sobre os funcionários da educação em Marrupa. Os objetivos específicos são: (i) descrever o nível de endividamento dos funcionários e agentes do Estado; (ii) analisar as

consequências económicas nas condições de vida dos trabalhadores; e (iii) avaliar os efeitos sociais e psicológicos do sobre-endividamento.

Este estudo pretende contribuir para o debate sobre a responsabilidade do sistema bancário e do Estado na proteção dos rendimentos dos funcionários públicos, especialmente no setor da educação, em que os impactos das políticas económicas se manifestam de forma mais severa em contextos marcados por fragilidade estrutural.

1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Teoria do consumo e endividamento

A teoria do consumo, tal como proposta por Keynes (1982), pressupõe que os indivíduos tendem a consumir uma parte do seu rendimento e poupar outra, mas em contextos de baixos rendimentos, o consumo tende a superar a poupança, conduzindo ao endividamento. Este comportamento é intensificado pela ausência de redes de proteção social e por necessidades básicas insatisfeitas, como se verifica entre os funcionários públicos de baixos salários em países em desenvolvimento, como Moçambique. Segundo Modigliani e Brumberg (1954), o consumo é planejado ao longo do ciclo de vida, com as pessoas contraindo dívidas durante os períodos de menor rendimento e amortizando-as quando a capacidade financeira melhora, o que raramente se concretiza no contexto dos funcionários públicos moçambicanos.

Além disso, o modelo da racionalidade limitada, desenvolvido por Simon (1957), ajuda a compreender o comportamento financeiro de muitos funcionários, que tomam decisões de endividamento com base em informações incompletas ou sob pressão emocional e social. Este aspecto é crucial para analisar os fatores que levam ao endividamento no setor da educação, em que o acesso a formação financeira é geralmente escasso.

1.2 Crédito ao consumo e sobre-endividamento na África

Na África Subsaariana, o crédito ao consumo tem crescido de forma acelerada, especialmente entre os funcionários públicos, considerados clientes de baixo risco pelos bancos devido à estabilidade relativa do seu vínculo laboral. Contudo, esse crescimento não foi acompanhado por medidas adequadas de regulação e educação financeira, contribuindo para elevados níveis de sobre-endividamento (BID, 2022). Os trabalhadores recorrem frequentemente a múltiplas fontes de crédito, bancos comerciais, instituições de microfinanças e prestadores

informais, o que aumenta o risco de colapso financeiro individual e familiar (Southern Africa Trust, 2020).

No contexto moçambicano, esta tendência é visível no aumento de produtos financeiros dirigidos aos funcionários públicos, sobretudo no formato de crédito consignado. Segundo o Banco de Moçambique (2021), entre 2018 e 2021, o número de contratos de crédito ao consumo aumentou em mais de 40%, sendo os funcionários da educação e da saúde os mais atingidos. Esta realidade agrava-se pela falta de uma política nacional de gestão do endividamento pessoal e de mecanismos que limitem a percentagem do salário comprometida com créditos.

1.3 Situação salarial, vulnerabilidade financeira e endividamento dos professores em Moçambique

Os professores em Moçambique enfrentam condições salariais que, apesar de terem melhorado nos últimos anos, continuam insuficientes para cobrir as despesas básicas das suas famílias. Dados indicam que o salário líquido mensal inicial de um professor do ensino primário situa-se entre 12.700 e 22.000 meticais, dependendo da antiguidade e progressão na carreira (Meusalario.Org, 2025). Contudo, a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM) estima que o custo básico mensal para uma família de cinco pessoas ultrapassa os 40.000 meticais, evidenciando uma grande discrepância entre o rendimento e as necessidades essenciais (OTM, 2023). Essa diferença força muitos docentes a recorrerem com frequência a empréstimos bancários, microcréditos informais, comércio paralelo e outras estratégias de sobrevivência (Albino, 2020; UNICEF, 2021).

Além disso, a inflação anual média, que variou entre 9% e 11% no período de 2020 a 2023, tem reduzido significativamente o poder de compra dos professores, cujos salários permaneceram praticamente congelados nesse período (Banco de Moçambique, 2022). Essa situação é ainda mais crítica em zonas periféricas, onde a escassez de instituições financeiras, os preços elevados dos bens essenciais e as dificuldades de acesso agravam o problema (Cuamba, 2022). Segundo Albino (2020), mais de 65% dos professores em áreas rurais gastam todo o seu salário nos primeiros dez dias do mês, recorrendo a crédito rotativo ou à ajuda de familiares para suprir as necessidades do restante período.

Essa vulnerabilidade econômica gera uma dependência crescente de crédito, resultando em múltiplos empréstimos simultâneos e situações de sobre-endividamento. Segundo o Instituto de

Estudos Sociais e Econômicos (IESE, 2021), mais de 60% dos funcionários públicos possuem dívidas ativas, e cerca de 38% contraem dois ou mais créditos simultaneamente, situação comum entre professores (Chichava; Nhabinde, 2019).

O sistema de crédito consignado via e-FOLHA impõe limites legais ao comprometimento salarial, mas sua eficácia é limitada pela existência de microcréditos concedidos por cooperativas e operadores informais, que não realizam avaliação rigorosa da capacidade financeira dos mutuários, facilitando o endividamento excessivo (Paulo, 2011; Banco de Moçambique, 2023). A proliferação desses microcréditos contribui para o agravamento da dívida e compromete o bem-estar dos funcionários.

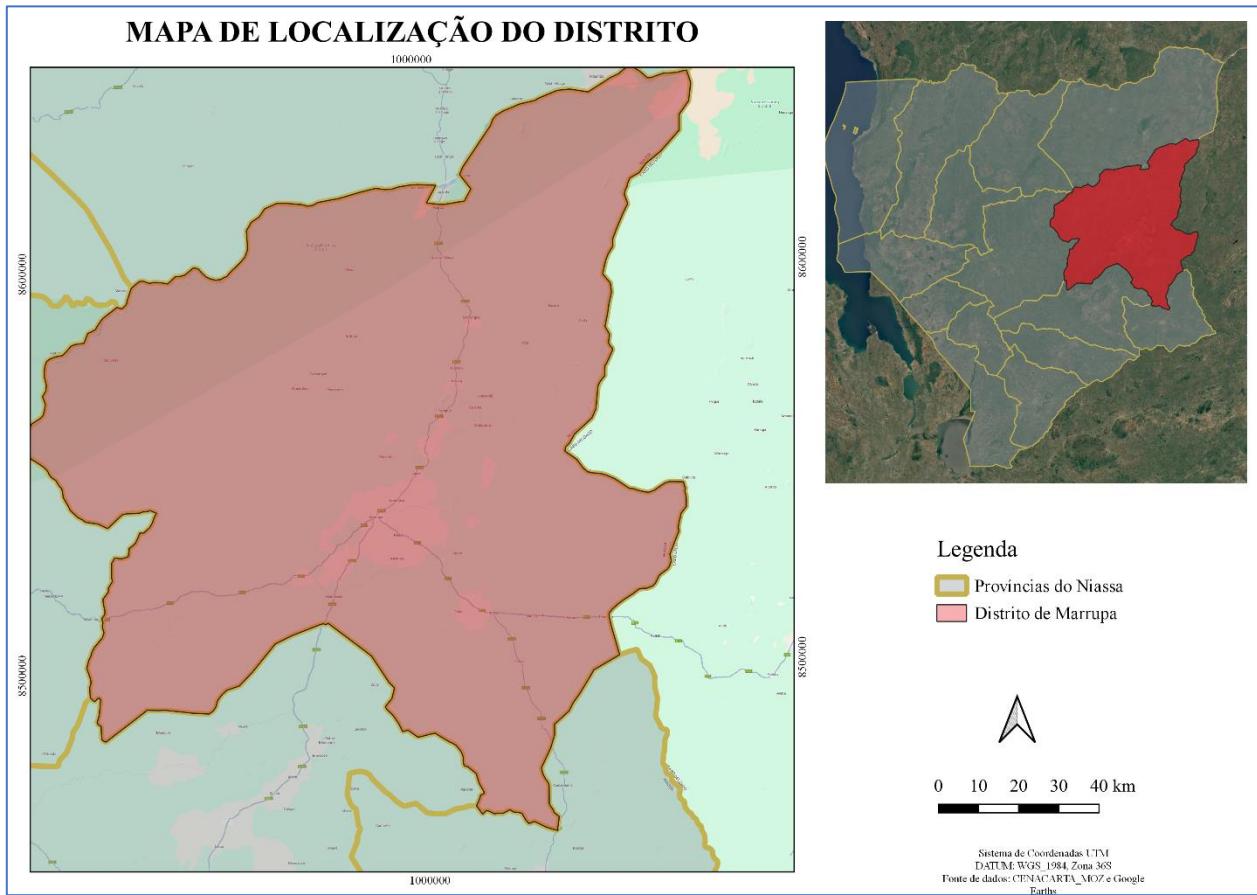
O aumento expressivo do crédito ao consumo das famílias, com crescimento de 19,8% entre maio de 2022 e maio de 2023, contra 7,8% do crédito ao setor empresarial, revela a dependência crescente do crédito pessoal para despesas básicas (Banco de Moçambique, 2023). Essa realidade tem implicações profundas: estudos indicam que 72% dos professores endividados relatam estresse constante, 51% enfrentam conflitos familiares e 36% reconhecem queda no desempenho profissional (Mutembwa; Tandi, 2023).

Experiências internacionais, como o Cadastro Positivo no Brasil e políticas obrigatorias de educação financeira na África do Sul, demonstram que a integração dos operadores de crédito em um sistema nacional de controle e a promoção da literacia financeira são essenciais para mitigar o sobre-endividamento (FMI, 2007). Em Moçambique, a adoção dessas medidas, aliada a políticas salariais que garantam rendimento digno aos funcionários públicos, poderá contribuir para a sustentabilidade financeira e social dos professores.

2 METODOLOGIA

2.1 Descrição da área de estudo

O distrito de Marrupa está localizado na província de Niassa, em Moçambique. Limita-se ao norte com o distrito de Mecula, a leste com os distritos de Majune e Mavago, sul com os distritos de Nipepe e Mauá, e a Oeste com o distrito de Balama, na província de Cabo Delgado. Com uma área territorial de 6.528 km² (INE, 2024), Marrupa está dividido em três postos administrativos: Marrangira, Nungo e Marrupa sede. O distrito também inclui três localidades principais, que são Messenguesse, Messalo e Pregilane (figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do Distrito de Marrupa

Fonte: Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção de Moçambique - CENACARTA e Google Earth Pro v7.3.6 (2025)

2.2 População, atividades econômicas e setor de educação

Segundo a projeção populacional para 2024, o distrito de Marrupa possui uma população de 103.155 habitantes, dos quais 53.007 são mulheres (INE, 2024). Esta população é servida por uma rede educacional composta por 61 escolas, incluindo três escolas secundárias (uma do segundo ciclo e duas do primeiro ciclo), seis escolas básicas e 52 escolas primárias. Além dessas instituições, destaca-se o Instituto Médio de Fauna e Ecoturismo Armindo Emílio Guebuza (INE, 2024). No ano de 2024, estas escolas atenderam 25.554 alunos, dos quais 11.988 eram do sexo feminino, refletindo a importância da educação para a população local.

A base econômica do distrito é predominantemente agrícola, centrada na agricultura de subsistência, que sustenta a maior parte da população. Culturas como milho, mandioca e feijão são as mais cultivadas, adaptando-se às condições climáticas locais (INE, 2024; MINAG, 2020). Essa atividade agrícola depende diretamente do clima tropical úmido a subúmido da região, com uma estação chuvosa que se estende de novembro a abril, período crucial para o desenvolvimento das culturas (MINAG, 2020). A relação entre a população, educação e a atividade econômica evidencia os desafios e as potencialidades do distrito no desenvolvimento socioeconômico.

2.3 Método da pesquisa

2.3.1 Abordagem e tipo de pesquisa

Esta investigação utiliza uma metodologia mista, com ênfase na abordagem qualitativa, complementada por dados quantitativos, por ser a mais indicada para compreender em profundidade as razões que levam os FAE ao aumento do endividamento e os seus impactos socioeconômicos. A combinação de métodos qualitativos e quantitativos possibilita uma análise detalhada das experiências e percepções dos indivíduos, considerando os seus contextos culturais e institucionais (Flick, 2018; Tashakkori; Teddlie 2010).

O caráter descritivo da pesquisa é essencial para mapear os processos institucionais relacionados à adesão ao crédito, o destino dos recursos obtidos e as consequências para os envolvidos, proporcionando um quadro detalhado e realista da realidade estudada. Paralelamente, a dimensão exploratória justifica-se pela limitada literatura existente sobre o tema na região do Niassa, abrindo caminho para a identificação de novas variáveis e fatores que influenciam o fenômeno do endividamento (Gil, 2008; Thomas, 2003).

2.3.2 Procedimento da pesquisa

A pesquisa foi estruturada em três etapas principais: revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. A revisão bibliográfica permitiu fundamentar o estudo no funcionamento do sistema bancário e no contexto do endividamento dos FAE, conforme metodologias sugeridas por Gil (2017) e Lakatos e Marconi (2017). Complementarmente, a análise documental consistiu na sistematização e interpretação crítica de documentos oficiais, relatórios institucionais e normativos, o que ampliou a confiabilidade dos dados e possibilitou a identificação

dos critérios institucionais vigentes no sistema bancário, alinhando-se às recomendações de Yin (2015) e Bowen (2009).

A pesquisa de campo foi realizada entre janeiro e março de 2025, com a coleta de dados principalmente por meio de entrevistas semiestruturadas. Este método foi escolhido por possibilitar a obtenção de percepções detalhadas dos FAE, técnicos das áreas de contabilidade e recursos humanos, bem como do dirigente da instituição, acerca das motivações para a contratação de dívidas, seus impactos e o nível de educação financeira dos envolvidos. Conforme destacam Prodanov e Freitas (2013, p. 52-53), a pesquisa exploratória visa desenvolver e esclarecer conceitos, permitindo uma abordagem flexível que integra levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas, proporcionando uma compreensão multifacetada do tema.

No total, participaram do estudo vinte e duas (22) pessoas, incluindo um (01) especialista, seis (06) profissionais de nível superior, oito (08) de nível médio, dois (02) bacharéis, três (03) com formação elementar, além de um (01) técnico de contabilidade e um (01) técnico de recursos humanos, garantindo uma amostra diversificada e representativa para a análise.

2.3.3 Análise de dados

A análise dos dados foi conduzida através da triangulação e da análise de conteúdo, metodologias complementares que permitiram aprofundar a compreensão do fenômeno estudado. A triangulação consistiu no cruzamento das informações recolhidas na revisão da literatura, nos documentos analisados e nas entrevistas realizadas, reforçando a validade dos resultados (Triviños, 1987; Flick, 2009).

A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para identificar temas recorrentes, padrões de discurso e significados implícitos nas falas dos participantes, permitindo uma interpretação que vai além do conteúdo literal (Bardin, 1977; Hsieh e Shannon, 2005).

Sobre os princípios éticos, garantiu-se o anonimato dos participantes por meio da atribuição de códigos segundo o perfil profissional: “ESP” (Especialista), “NS” (Nível Superior), “NM” (Nível Médio), “BC” (Bacharéis), “FE” (Formação Elementar), “TC” (Técnico de Contabilidade) e “TRH” (Técnico de Recursos Humanos), seguidos de numeração sequencial (ex.: NS1, NM1...).

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Nível de endividamento dos funcionários públicos do setor da educação

A tabela 1 apresenta o total de FAE no distrito de Marrupa, distribuídos por sexo e nível de escolaridade. Ao todo, são 724 pessoas, sendo 577 homens e 147 mulheres. A maioria tem nível médio (313), seguido de básico (241) e elementar (40). Entre os que possuem ensino superior, há 117 licenciados, 12 bacharéis e apenas 1 especialista. Os dados da tabela 1 mostram que a maior parte dos funcionários tem formação média ou básica e que há menor participação feminina em todos os níveis de escolaridade.

Tabela 1 – Número de FAE distribuídos por nível acadêmico

Total de FAEF		Especialista		Licenciado		Bacharel		Médio		Básico		Elementar	
HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M
577	147	1	0	99	18	9	3	253	60	187	54	28	12

Fonte: Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia (SDEJT; 2025a).

Esses dados tornam-se ainda mais relevantes quando relacionados com a análise da distribuição percentual de endividamento entre os FAE. De um total de 769 funcionários analisados, a maior proporção de endividados está entre os profissionais com nível médio (43,7%), seguidos dos que possuem nível básico (32,78%) e licenciatura (15,61%). Já os níveis elementares (6,23%), bacharel (1,56%) e especialista (0,13%) apresentam percentagens significativamente menores.

Além disso, observou-se que os funcionários com duas ou mais dívidas são mais frequentes nos níveis médio e básico. Os com duas dívidas representam 21,33% (médio) e 15,60% (básico); os com três dívidas, 13,65% (médio) e 12,24% (básico). A presença de funcionários com quatro dívidas, ainda que menor, continua expressiva nesses mesmos níveis, como ilustra a tabela 2.

Tabela 2 – Percentagem das dívidas de acordo com o nível acadêmico

Nº de Dívidas	Especialista	Licenciado	Bacharel	Médio	Básico	Elementar
1 Dívida	0,1%	3,0%	0,4%	5,7%	3,5%	1,3%
2 Dívidas	0,0%	7,8%	1,0%	21,3%	15,6%	2,2%
3 Dívidas	0,0%	4,4%	0,1%	13,7%	12,2%	1,7%
4 Dívidas	0,0%	0,4%	0,0%	3,0%	1,4%	1,0%
Total (%)	0,1%	15,6%	1,6%	43,7%	32,8%	6,2%

Fonte: Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia (SDEJT, 2025b)

A concentração do endividamento entre os funcionários com menor qualificação acadêmica, que constituem a maioria do quadro funcional no distrito de Marrupa, pode ser atribuída a salários mais baixos e maior vulnerabilidade econômica, como já apontam Albino (2020) e UNICEF (2021). Estes profissionais recorrem frequentemente ao crédito para satisfazer necessidades básicas, dada a limitação da sua capacidade de poupança (MEF, 2023). Em contrapartida, os funcionários com formação superior revelam níveis mais baixos de endividamento, o que poderá ser explicado por melhores rendimentos e maior acesso à informação e a estratégias de gestão financeira (Mutembwa; Tandi, 2023).

As entrevistas realizadas no terreno reforçam a necessidade de compreender o fenômeno do endividamento para além dos dados quantitativos. Verificou-se que muitas mulheres tendem a contrair dívidas com objetivos estruturantes, como o investimento em pequenos negócios ou na formação acadêmica, o que revela um comportamento financeiro mais racional e estratégico.

Nesse sentido, a entrevistada NM2 relatou:

Pedi emprestado 100 mil meticais por um período de 12 meses e, no final do processo, paguei 118 mil meticais. Comprei uma máquina de sorvetes para melhorar a minha renda e, com o lucro, comecei a construir a minha casa, porque só com o salário seria muito difícil (Entrevistada NM2, 2025).

Este testemunho evidencia um uso consciente do crédito, demonstrando capacidade de planejamento financeiro e valorização da autonomia econômica. A dívida, neste caso, foi instrumental para a diversificação de fontes de rendimento e melhoria das condições habitacionais.

Contudo, nem todos os casos revelam um planejamento criterioso. A entrevistada NS1, por exemplo, confessou:

Confesso que não fiz uma análise criteriosa do empréstimo. Contraí duas dívidas no valor total de 250 mil meticais para custear os meus estudos de licenciatura. Como o prazo é de cinco anos, vou pagar quase o dobro do valor pedido (Entrevistada NS1, 2025).

Estes relatos ilustram a coexistência de planejamento e de decisões influenciadas por racionalidade limitada no comportamento financeiro dos FAE. Conforme argumenta Simon (1957), em contextos de pressão econômica e baixa literacia financeira, as decisões tendem a ser tomadas com base em informação incompleta, o que aumenta o risco de escolhas insustentáveis.

Entre os homens, por outro lado, o endividamento é frequentemente motivado por obrigações imediatas de caráter social ou pessoal. Um dos entrevistados afirmou: “Solicitei um empréstimo de 200 mil meticais para casar, pois engravidéi a minha companheira e precisava assumir a responsabilidade” (Entrevistado BC1).

Esse tipo de comportamento confirma a análise de Loreiro (2021), para quem as decisões de crédito são condicionadas por fatores institucionais, culturais e pelo próprio funcionamento do mercado, não se restringindo apenas à necessidade econômica objetiva.

Dessa forma, os dados e testemunhos recolhidos apontam para um quadro preocupante de sobre-endividamento entre os funcionários com menor qualificação, evidenciando a necessidade de políticas públicas integradas que combinem educação financeira obrigatória, revisão das estruturas salariais e regulação mais rigorosa do crédito ao consumo. Tais medidas podem contribuir para quebrar o ciclo vicioso da dívida que atualmente compromete a qualidade de vida e o desempenho dos profissionais do setor da educação.

3.2 Efeitos sociais do endividamento bancário

Os testemunhos recolhidos no terreno revelam que o endividamento bancário dos FAE afeta intensamente a sua vida social e profissional, sobretudo em contextos rurais como o distrito de Marrupa. Um número expressivo de entrevistados relatou que, devido aos descontos automáticos nos salários, são forçados a procurar fontes alternativas de rendimento, o que interfere com as suas funções docentes. Um dos participantes afirmou: “Depois dos descontos fico com menos de 1.000 meticais. Tenho que vender recargas e ovos para sobreviver. As vezes faltou às aulas.” (NM2). Outro declarou: “Já fui chamado à direção três vezes por faltar. Mas se não for vender carvão, não como.” (FE1).

Esses relatos são consistentes com os estudos de Mutembwa e Tandi (2023), Albino (2020) e Chichava e Nhabinde (2019), que associam o endividamento à redução da assiduidade dos professores, à degradação da qualidade do ensino e à sobrecarga das escolas públicas com turmas superlotadas.

Os dados confirmam que o endividamento bancário compromete diretamente o desempenho profissional, não apenas por limitar o rendimento disponível, mas por obrigar os funcionários a se afastarem das suas obrigações, criando lacunas operacionais nas instituições educativas e pondo em risco o direito ao ensino de qualidade em zonas já estruturalmente vulneráveis.

Além das ausências, os dados qualitativos indicam um elevado nível de sofrimento emocional entre os entrevistados. As falas expressam insônia, ansiedade, preocupação excessiva

com as contas e sentimento de frustração. Um entrevistado revelou: “Estou a fazer tratamento para insônia, pois passo horas a fazer contas que nunca fecham” (NS1).

Esta condição é sustentada pelas análises de Simon (1957), Southern Africa Trust (2020) e Cuamba (2022), que demonstram como o estresse financeiro permanente afeta o bem-estar psicológico, conduz a decisões tomadas sob pressão e pode comprometer a estabilidade emocional e funcional do trabalhador.

A racionalidade limitada associada à vulnerabilidade financeira torna-se um fator gerador de sofrimento psíquico, que tende a reduzir a produtividade, agravar o absentismo e criar um ambiente laboral emocionalmente tóxico, com consequências sobre o desempenho institucional e os resultados pedagógicos.

Em consequência direta da instabilidade emocional e da necessidade de geração de renda extra, têm-se verificado casos frequentes de faltas injustificadas, o que resulta em procedimentos disciplinares. As entrevistas e os dados documentais indicam que, em muitos casos, os funcionários acumulam mais de 60 dias de ausência no ano, infringindo o estabelecido pela Lei n.º 4/2022. Só na província da Zambézia, 31 FAE foram expulsos da função pública no primeiro semestre de 2024 por abandono reiterado do posto de trabalho (RM, 2024).

Estes casos confirmam a análise de UNICEF (2021), Mateus (2020) e Banco de Moçambique (2021), que apontam o endividamento como um fator estruturante da instabilidade funcional no setor público, com impactos na relação contratual, segurança no emprego e confiança institucional. A incapacidade de cumprir com as obrigações laborais, associada à pressão financeira, compromete a permanência dos funcionários no quadro do Estado, transformando o crédito, originalmente pensado como solução, em um elemento desestabilizador da própria relação de trabalho.

Outra consequência evidente nos relatos dos participantes é a degradação das condições básicas de vida. Muitos entrevistados descreveram situações de privação alimentar e dificuldades no acesso a bens essenciais. Um exemplo ilustrativo foi: “Cheguei a comer bolo de casamento nas três refeições por um mês” (NM5).

Esta experiência extrema reforça os dados de Albino (2020), Cuamba (2022) e OTM (2023), que indicam que a maioria dos funcionários públicos consome integralmente o salário nos primeiros dez dias do mês, ficando dependentes de crédito rotativo, redes informais ou ajuda familiar para sobreviver.

Em um contexto em que o custo médio da cesta básica ultrapassa os 24 mil meticais CEEG/UEM (2020), o salário líquido remanescente após os descontos torna-se manifestamente insuficiente, aprofundando a precariedade e desumanizando as condições de sobrevivência dos servidores públicos.

No plano familiar, os efeitos do endividamento manifestam-se através de conflitos conjugais, rupturas afetivas e distanciamento emocional. “Minha mulher separou-se. Disse que já não aguentava viver sem nada” (FE2), declarou um dos entrevistados, sintetizando o impacto que a fragilidade econômica pode ter nas relações íntimas.

Esta realidade é confirmada por Mutembwa e Tandi (2023), Southern Africa Trust (2020) e Albino (2020), que destacam a instabilidade econômica como um fator central na erosão dos laços familiares, contribuindo para a fragilização das redes de apoio e do bem-estar emocional do trabalhador. A tensão permanente entre carência material e responsabilidade familiar cria um terreno fértil para o conflito conjugal, provocando rupturas com efeitos profundos na estabilidade psicoemocional dos profissionais, o que se reflete negativamente também na sua atuação profissional.

Por fim, muitos participantes referiram o consumo de álcool como mecanismo compensatório para lidar com o sofrimento. “Não precisamos de muito dinheiro para beber. Isso ajuda a esquecer a desgraça” (BC1), referiu um dos entrevistados.

Esse padrão de comportamento é analisado em Southern Africa Trust (2020), Banco de Moçambique (2022) e Mateus (2020), que mostram que a pressão financeira contínua pode desencadear comportamentos aditivos, criando um ciclo vicioso entre instabilidade econômica, sofrimento mental e consumo nocivo de substâncias. A evasão emocional através do álcool não só compromete a saúde física e mental dos profissionais, mas também enfraquece a sua capacidade de resiliência, prejudicando o ambiente familiar e laboral e perpetuando a exclusão social.

Assim, os efeitos sociais do endividamento bancário ultrapassam largamente a esfera econômica. O fenômeno revela uma fragilização estrutural do funcionalismo público e uma ameaça real à dignidade, ao bem-estar e à funcionalidade institucional. A dívida, em vez de ser uma solução temporária, tornou-se uma condição estrutural de vida precária.

À luz desta análise, não se pode atribuir essa realidade apenas a falhas individuais de gestão. Trata-se de um problema sistêmico, que envolve a inadequação das políticas salariais (MEF, 2023;

OTM, 2023), a ausência de educação financeira estruturada (Mutembwa; Tandi, 2023; BID, 2022) e a fraca regulação do crédito (Banco de Moçambique, 2021; Albino, 2020; Paulo, 2011).

Reverter este cenário exige ações integradas e multisectoriais, que combinem: (i) valorização dos salários dos funcionários públicos; (ii) regulação rigorosa do crédito consignado e informal; e (iii) promoção da literacia financeira desde os primeiros níveis da formação profissional. Sem essas intervenções estruturais, o endividamento continuará a reproduzir desigualdades e a comprometer a função pública como pilar do desenvolvimento nacional, especialmente em contextos de vulnerabilidade extrema.

3.3 Implicações econômicas do endividamento

O comprometimento do rendimento líquido dos Funcionários e Agentes do Estado (FAEs) tem efeitos econômicos profundos, tanto ao nível individual como coletivo. Diversos entrevistados relataram que, após os descontos automáticos referentes ao crédito consignado, restam-lhes valores residuais que em alguns casos não ultrapassam os 500 meticais, o que inviabiliza qualquer forma de poupança ou investimento produtivo. Essa condição foi ilustrada em uma fala representativa: “Tenho colegas que pediram crédito para pagar outro crédito. E continuam a pedir, como se fosse normal” (TRH1). O testemunho revela um comportamento de endividamento em cadeia que se naturalizou no seio do funcionalismo público, demonstrando a consolidação de um padrão de sobrevivência sustentado por dívidas sucessivas.

Este fenômeno é amplamente analisado por autores como Albino (2020), IESE (2021) e Banco de Moçambique (2023), que identificam a falta de sistemas eficazes de avaliação da capacidade de endividamento como uma das principais causas do sobre-endividamento estrutural no setor público. O fácil acesso ao crédito, associado à ausência de regulamentação integrada dos diferentes operadores (bancos, microfinanças, agentes informais), promove uma cultura de empréstimo que desconsidera os limites reais da capacidade financeira dos mutuários.

A consequência direta deste quadro é o comprometimento permanente da renda líquida, o que obriga os funcionários a gastarem mais do que ganham, tornando-os vulneráveis a qualquer imprevisto financeiro, como doença, morte de familiar ou acidente. A impossibilidade de poupança ou acumulação impede a constituição de reservas e enfraquece a segurança econômica dos agregados familiares. Como observa Modigliani e Brumberg (1954), o consumo ao longo do ciclo

de vida pressupõe a existência de períodos de poupança, o que é completamente inviável neste contexto de rendimento negativo acumulado.

Outro impacto importante é o efeito multiplicador do endividamento sobre a economia local. Ao reduzir drasticamente a capacidade de consumo dos funcionários públicos, que, em muitos distritos rurais, constituem o principal grupo com rendimento fixo mensal, imita-se a circulação de moeda no mercado interno, prejudicando comerciantes, produtores locais e prestadores de serviços. Cuamba (2022), Chichava e Nhabinde (2019) e MEF (2023) demonstram que, em zonas periféricas, os salários dos funcionários públicos são um dos principais motores da economia local. Quando esses rendimentos são absorvidos pelas instituições de crédito antes mesmo de entrarem no circuito econômico real, a comunidade local também sofre as consequências.

Para além disso, a fragilidade econômica dos funcionários públicos tem implicações fiscais. A redução do consumo diminui a arrecadação de impostos sobre bens e serviços, afetando negativamente a capacidade do Estado de financiar políticas públicas. Esta dimensão macroeconômica do endividamento é frequentemente ignorada, mas já foi destacada por instituições como o BID (2022) e a Southern Africa Trust (2020), que alertam para o impacto sistêmico da deterioração do rendimento disponível entre servidores públicos.

O uso contínuo de crédito, geralmente associado a taxas de juro elevadas e prazos longos, aprisiona os trabalhadores num ciclo vicioso de dívida e dependência. Muitos recorrem a novos empréstimos para saldar dívidas anteriores, fenômeno conhecido como “bola de neve do crédito”, que agrava o risco de incumprimento e de crédito malparado. Esta prática é analisada por Paulo (2011), Mateus (2020) e Banco de Moçambique (2022), que apontam para a fragilidade dos mecanismos de proteção ao consumidor financeiro no país e para a permissividade do sistema na renovação de dívidas sem reavaliação da capacidade de pagamento.

Essa dinâmica tem implicações estruturais: impede a mobilidade social dos funcionários, retira-lhes autonomia econômica e compromete o papel estratégico que deviam desempenhar como agentes de desenvolvimento local. A instabilidade financeira dos FAE afeta não apenas a sua performance individual, mas a estabilidade e o desempenho do próprio Estado, pois são estes profissionais que garantem o funcionamento dos setores sociais básicos.

Em nível macroeconômico, a expansão desregulada do crédito pessoal em detrimento do crédito produtivo revela um modelo de crescimento baseado no consumo financiado por dívida e

não na geração de valor. Segundo o Banco de Moçambique (2023), o crédito ao consumo das famílias cresceu 19,8% entre maio de 2022 e maio de 2023, enquanto o crédito ao setor empresarial cresceu apenas 7,8%. Esse desvio de prioridades compromete o investimento em atividades produtivas, reduz a competitividade da economia e perpetua um modelo de dependência financeira.

Portanto, as implicações econômicas do endividamento bancário dos FAE não se esgotam nas limitações orçamentais individuais. Trata-se de um fenômeno com efeitos sistêmicos, que restringe o consumo, fragiliza a economia local, dificulta a arrecadação fiscal, distorce o sistema de crédito e compromete a sustentabilidade da função pública. Interpretar esse cenário apenas como resultado de decisões pessoais infelizes equivale a desresponsabilizar o Estado, as instituições financeiras e o sistema normativo por uma crise que é, em grande medida, estrutural e institucionalizada.

Assim, enfrentar as implicações econômicas do endividamento dos funcionários públicos requer medidas articuladas: a revisão da política salarial, a regulamentação integrada do mercado de crédito, a responsabilização dos operadores financeiros e a implementação de políticas de educação financeira obrigatória. Sem essas reformas, o funcionalismo continuará aprisionado em um ciclo de crédito e pobreza, inviabilizando o seu contributo pleno para o desenvolvimento econômico e social do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises realizadas, conclui-se que o endividamento bancário dos FAE no setor da educação, no distrito de Marrupa, resulta principalmente da insuficiência salarial face ao custo de vida. O recurso ao crédito tornou-se uma estratégia recorrente de sobrevivência, utilizada para cobrir despesas essenciais, como alimentação, saúde, educação e habitação. A prática deixou de ser pontual e assumiu caráter estrutural, revelando a vulnerabilidade econômica dos trabalhadores.

Os efeitos sociais são evidentes e profundos. O sobre-endividamento tem causado absentismo, conflitos familiares, degradação das condições de vida e sofrimento emocional. Os entrevistados relataram insônia, ansiedade e frustração persistente, o que compromete o seu desempenho laboral e a qualidade dos serviços nas escolas públicas. As instituições ficam fragilizadas, e os alunos são os primeiros prejudicados.

Do ponto de vista econômico, o comprometimento quase total da renda líquida inviabiliza qualquer capacidade de poupança ou investimento. Muitos funcionários recorrem a novos empréstimos para pagar dívidas antigas, perpetuando um ciclo de dependência financeira. Essa realidade reduz o consumo das famílias, enfraquece a economia local e prejudica a eficácia das políticas públicas, uma vez que os próprios servidores se tornam economicamente instáveis.

Assim, o endividamento bancário não deve ser visto apenas como resultado de decisões individuais, mas como consequência de falhas estruturais. Enfrentar este fenômeno exige ações concretas e articuladas, como a valorização dos salários, a regulação rigorosa do crédito consignado e a inclusão da literacia financeira na formação dos profissionais do setor público.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, Francisco. **A dívida e o trabalhador:** endividamento e crédito consignado no funcionalismo público moçambicano. Maputo: IESE, 2020.
- BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Relatório anual 2021.** Maputo: BdM, 2021. Disponível em: <https://bancomoc.mz/pt/publicacoes/estudos?Query=&category=Relat%C3%83rio+Anual&dateBegin=&dateEnd=>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Relatório anual 2022.** Maputo: BdM, 2022. Disponível em: <https://bancomoc.mz/pt/publicacoes/estudos?Query=&category=Relat%C3%83rio+Anual&dateBegin=&dateEnd=>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Relatório mensal de maio 2023.** Maputo: BdM, 2023. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz/media/mxmpylgz/relat%C3%83rio-anual-2023.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2025.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. **Endividamento e inclusão financeira em África Subsariana.** Washington, D.C.: BID, 2022. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/relatorio-anual-2022-do-banco-interamericano-de-desenvolvimento-resenha-do-ano>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- BOWEN, Glenn A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**, v.9, n. 2, p. 27-40, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240807798_Document_Analysis_as_a_Qualitative_Research_Method. Acesso em: 21 jun. 2025

CEEG/UEM. **Custo da cesta básica em Moçambique**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2020. Disponível em: https://www.ceeg.uem.mz/images/publicacoes/Boletim_Informativo_do_CEEG_n_1_Publicacao_Final.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2025.

CENTRO NACIONAL DE CARTOGRAFIA E TELEDETECÇÃO DE MOÇAMBIQUE. CENACARTA. Portal Nacional de Informação Geoespacial. Disponível em: www.mozgis.gov.mz/portal/apps/sites/#/pagina-inicial-do-portal/. Acesso em 20 de jun. 2025.

CHICAVA, Sérgio; NHABINDE, Vasco. **Funcionários públicos, condições de trabalho e qualidade dos serviços: o caso dos professores**. Maputo: IESE, 2019.

CUAMBA, Arlindo. **Estratégias de sobrevivência económica dos funcionários públicos nas zonas rurais de Moçambique**. Lichinga: Universidade do Niassa, 2022.

FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research**. 4. ed. London: Sage, 2009. Disponível em: https://elearning.shisu.edu.cn/pluginfile.php/35310/mod_resource/content/2/Research-Intro-Flick.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/789472350/TEXTO-04-Pesquisa-Qualitativa-Porque-e-Como-Faze-la-Pesquisa-Qualitativa-e-Quantitativa-FLICK-Uwe>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://pergamum-biblioteca.pucpr.br/acervo/340174>. Acesso em: 19 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2025.

HSIEH, Hsiu-Fang; SHANNON, Sarah E. Three approaches to qualitative content analysis. **Qualitative Health Research**, v. 15, n. 9, p. 1277-1288, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16204405/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. **Projeção populacional do distrito de Marrupa**. Maputo: INE, 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS – IESE. **Estudo sobre endividamento do funcionalismo público**. Maputo: IESE, 2021.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOREIRO, Daniel Dias. **Endividamento do Servidor Público: a Possibilidade de Estudo da Realidade do MPDFT sob a perspectiva do PES**. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021.

MATEUS, J. **Endividamento e instabilidade funcional no sector público**. Maputo: IESE, 2020.

MEUSALARIO.ORG. **Salário de professores em Moçambique**. [S.l.]: Fundação WageIndicator, 2025. Disponível em: <https://meusalario.org/mocambique>. Acesso em: 10 set. 2025.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS – MEF. **Relatório económico e social de Moçambique 2023**. Maputo: MEF, 2023. Disponível em: <https://www.mef.gov.mz/index.php/pesquisa?searchword=Relat%C3%A7rio%20econ%C3%A7mico%20e%20social%20de%20Mo%C3%A7ambique%202023&searchphrase=all>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – MINAG. **Relatório anual sobre agricultura de subsistência em Niassa**. Maputo: MINAG, 2020. Disponível em: <https://www.agricultura.gov.mz/institucional/ministerio/arquivo/relatorios/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MODIGLIANI, Franco; BRUMBERG, Richard. Utility Analysis and the Consumption Function: An Interpretation of Cross-Section Data. In: KURIHARA, K. K. (Ed.). **Post-Keynesian Economics**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1954. p. 388–436. Disponível em: <https://www.econbiz.de/Record/utility-analysis-and-the-consumption-function-an-interpretation-of-cross-section-data-modigliani-franco/1000250284>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MUTEMBWA, Luís; TANDI, Anabela. **Literacia financeira e endividamento entre professores no Niassa**. Lichinga: Universidade do Niassa, 2023.

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES MOÇAMBICANOS – OTM. **Relatório sobre condições salariais em Moçambique**. Maputo: OTM, 2023. Disponível em: https://otm.org.mz/sdm_downloads/tabela-de-salarios-minimos-2023/. Acesso em: 20 jun. 2025.

PAULO, José. **Microcrédito em Moçambique: impactos e desafios**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2011.

PRODANOV, Cândido Cristófaro; FREITAS, Ester de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REVISTA MOÇAMBICANA – RM. **Relatório sobre expulsões por abandono de posto na província da Zambézia**. Maputo: RM, 2024. Disponível em: <https://www.rm.co.mz/tag/zambezia-funcionarios-expulsos/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SERVIÇO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO JUVENTUDE E TECNOLOGIA – SDEJT. **Balanço do Plano Econômico e Social do Sector da Educação referente ao ano 2024**. Marrupa, 2025a

SERVICO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO JUVENTUDE E TECNOLOGIA – SDEJT. Relatório Anual das Dívidas Bancárias dos Funcionários do Sector da Educação 2024. Marrupa, 2025b

SIMON, Herbert Alexander. **Models of Man:** Social and Rational. New York: Wiley, 1957. Disponível em: https://books.google.co.mz/books/about/Models_of_Man.html?id=XhBKyAEACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 23 de jun. 2025.

SOUTHERN AFRICA TRUST. Report on mental health and indebtedness. Johannesburg: SAT, 2020.

TASHAKKORI, Abbas; TEDDLIE, Charles (Ed.). **Handbook of mixed methods in social & behavioral research.** Thousand Oaks: Sage, 2010. Disponível em: https://methods.sagepub.com/hnbk/edvol/sage-handbook-of-mixed-methods-social-behavioral-research-2e/toc#_=_. Acesso em: 23 de jun. 2025.

THOMAS, R. Murray. **Blending Qualitative and Quantitative.** Research Methods in theses and Dissertations. Thousand Oaks: Carwin Press, 2003.

TRIVIÑOS, Antônio N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

UNICEF. Situação dos professores em Moçambique: desafios salariais e motivacionais. Maputo: UNICEF, 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. Disponível em: http://maratavarespsistics.pbworks.com/w/file/fetch/74304716/3-YIN-planejamento_metodologia.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.